

CARTAS, EPÍSTOLAS E LITERATURA INDÍGENA

LETTERS, EPISTLES, AND INDIGENOUS LITERATURE

Maria Alice Ribeiro Gabriel (UFU)

rgabriel1935@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-0256-1306>

RESUMO: *O corpus da literatura indígena no Brasil expandiu-se consideravelmente após o século XX. Contudo, a maioria das pesquisas realizadas sobre a produção literária em prosa e sobre a história da literatura indígena não alude à escrita de cartas e de epístolas, apesar da importante correlação temática entre esses escritos e a literatura indígena. Efetuando breve revisão bibliográfica sobre o gênero carta na literatura indígena, a proposta deste artigo é analisar, sob prisma histórico e literário, cartas e epístolas de autoria indígenas divulgadas por meios impressos ou virtuais, visando delimitar e examinar os principais temas partilhados por cartas, epístolas e escritos literários indígenas.*

PALAVRAS-CHAVE: *carta; epístola; literatura indígena.*

ABSTRACT: *Brazil's corpus of Indigenous literature expanded considerably after the 20th century. However, most research on prose literary production and the history of Indigenous literature does not mention the writing of letters and epistles, despite the important thematic correlation between these writings and Indigenous literature. Carrying out a brief bibliography review on the letter genre in Indigenous literature, the purpose of this article is to analyze, from a historical and literary perspective, letters and epistles by Indigenous authors published through printed or virtual media, aiming to delimit and examine the main themes shared by letters, epistles, and Indigenous literary writings.*

KEYWORDS: *letter; epistle; Indigenous literature.*

1 Introdução

O sinal do pajé, obra de Daniel Munduruku publicada em 2003, narra certo episódio ilustrativo de um conflito entre gerações sobre a conservação das tradições ancestrais indígenas.

Um dos anciões do grupo esclarece os anseios e os motivos subjacentes ao impasse: “Sabemos

Organon, Porto Alegre, v. 40, n. 79, set 2024/mar. 2025.

DOI: 10.22456/2238-8915.144375

que há muitos de vocês que duvidam da nossa memória. Alguns querem trocar a nossa milenar tradição, sólida, única, verdadeira, pela tradição dos homens da cidade grande” (Munduruku, 2003, p. 57). O autor afirmou que o tema inspirador da obra foi o dilema de optar entre “tradição e modernidade”, dilema que pertence a todos os grupos étnicos e afeta principalmente jovens em busca de formação acadêmica ou profissional “fora da aldeia” (Munduruku, 2021).

A questão da memória ancestral indígena, defendida pelo personagem de *O sinal do pajé*, remete ao argumento de Menéndez Pidal (1945) sobre a transição da tradição oral para o registro escrito negligenciar o trabalho criativo de gerações que mantiveram vivos repertórios de canções e de narrativas populares. Cumpre citar ainda a questão, ratificada por pesquisadores empenhados na recolha de romances tradicionais, de que nem todas as pessoas, no caso, quase sempre idosos que vivem em regiões rurais afastadas dos grandes centros, estão à vontade para cantar, recitar romances, narrar histórias e reminiscências diante de estranhos. “No ambiente propício, serão maravilhosas colaboradoras dos contos tradicionais”, afirmou Câmara Cascudo, ao notar que, na recolha de tradições indígenas: “A desconfiança suspenderia qualquer relação antiga, de indígena para branco, significando uma possível confidência, uma espécie de violação ao patrimônio comum da literatura oral ameríndia” (Cascudo, 1984 [1978], p. 83).

No estudo da literatura, afirmaram Mishael Caspi e John Foley, é interessante examinar a gênese das ideias escritas. A origem e o desenvolvimento de mitos e de histórias escritas têm início na tradição oral. Para entender a literatura contemporânea, o historiador deve recorrer às fontes históricas orais. No passado, relatos literários eram transmitidos oralmente por gerações. Paradoxalmente, contos orais perduraram na memória da audiência graças à sonoridade lírica e à performance criativa do narrador. A transformação de histórias orais em formas impressas deixou muitas narrativas incompletas e esquecidas quando a palavra escrita passou a respaldar o trabalho do autor mais do que a performance mnemônica (Caspi; Foley, 1995, p. xiii). Assim:

A narrativa de Daniel Munduruku é exemplar no quadro das produções de autoria indígena voltadas à transposição de mitos e lendas indígenas para a versão literária através da literalização, processo (...) bastante comprometido com o compartilhamento e a transmissão, e, ao mesmo tempo, afeito à re-criação. (Silva; Sarmiento-Pantoja, 2022, p. 23).

A correlação entre os pares oralidade e escrita, tradição oral e registro erudito; narrador tradicional e narrador literato surge na seguinte observação de Câmara Cascudo, em *Literatura oral no Brasil*: “A ciência médico religiosa do pajé não monopoliza a sabedoria dos velhos,

sabedores do passado, as memórias vivas do grupo. Lendas, mitos, fábulas, voltam a viver nas lembranças dos meninos e nos registros dos naturalistas” (Casculo, 1984 [1978], p. 79).

Entre os povos indígenas brasileiros, não cabia apenas aos pajés e anciãos transmitir a história antiga e o acervo de origens, gêneses, princípios, mitos e recordações do grupo, as mães também os repetiam aos filhos. Durante uma expedição às nascentes do rio Xingu, em 1884, o indígena bakairi Antônio Kuikare declarou a Karl von den Steinen que “[...] aprendera todas as lendas por intermédio de sua mãe, (...) que assim acontecia em regra” (Steinen, 1940 *apud* Casculo, 1984 [1978], p. 79). Ao referir e possivelmente narrar lendas indígenas de seu povo para o etnólogo, Antônio conecta a transmissão da memória ancestral ao saber de outra cultura.

Associada, nos termos de Câmara Casculo (1984 [1978], p. 79), ao “elemento didático da comunicação das lendas”, a contação de histórias é tema profícuo na literatura indígena e “[...] constitui-se como um importante espaço de reconfiguração de um saber ancestral, culturalmente consolidado, na medida em que este é disponibilizado para não-indígenas” (Silva; Sarmiento-Pantoja, 2022, p. 24), como atestam obras de Daniel Munduruku (Gabriel, 2020; Reis, 2023), algumas de viés autobiográfico, como *Meu vô Apolinário* (2001), *Histórias que eu ouvi e gosto de contar* (2004), *Histórias que eu vivi e gosto de contar* (2006) e *Memórias de índio - uma quase autobiografia* (2016), que indicam funções sociais do narrador no grupo.

Referência no campo dos escritos indígenas autobiográficos, Arnold Krupat fez algumas reflexões aplicáveis à literatura indígena brasileira ao comparar a literatura dos povos nativos sul-africanos à literatura indígena norte-americana. Em ambos os casos, o conflito cultural é o tema-chave, a escrita privilegia o idioma do colonizador e, ironicamente, a expressão de valores tradicionais na linguagem do colonizador revela efeitos da assimilação do modelo de linguagem escrita europeu por culturas predominantemente orais. Por muito tempo julgadas apenas item exótico da tradição literária de certo idioma ou mero reflexo de um segmento dominante, as literaturas sul-africana e indígena exploraram com inventividade própria e fluência a linguagem adotada, constituindo artes com tradições e direcionamentos específicos (Krupat, 1996, p. 322).

Mesmo o processo de aquisição da escrita em sociedades de tradição oral pode orientar-se por interesses, necessidades e procedimentos ditados pelo grupo, como ocorreu, entre 1989 e 1992, durante a escolarização do povo Jarawara, cujas terras estão localizadas na região sul do estado do Amazonas, junto aos rios Juruá e Purus (Vencio, 1997). Conforme expôs Gerald:

Foi o contato com o outro, letrado, que levou o povo Jarawara a querer aprender a escrever, a ter escrita. Feita a descrição fonológica da língua e elaborado um material didático inicial em Jarawara, instaurou-se um processo de ensino em que “cada um ensina um”. Presumivelmente, a alfabetização destinava-se a resolver os problemas

trazidos pelo contato, mas ao processo de apropriação da técnica da escrita aliou-se também um processo de construção de uma prática social jarawara: o uso da escrita para a produção de cartas, com características muito particulares (Geraldí, 2000, p. 102, grifo do autor).

Considerando o fato de que muitos autores indígenas brasileiros buscam reproduzir em seus escritos traços dos contadores de histórias tradicionais, utilizando a criação literária como instrumento de comunicação e militância (Reis, 2023, p. 59) para referir problemas que, desde o início da Colonização, ameaçam a sobrevivência dos povos indígenas, este artigo tem por objeto de estudo cartas que refletem temas fundamentais abordados pela literatura indígena.

No intuito de delimitar esses temas, o propósito da seção inicial do artigo é identificar e comentar as principais questões apresentadas em cartas indígenas divulgadas pela imprensa nas últimas décadas. A seção seguinte analisa a relação entre carta e epístola no plano dos escritos indígenas. Mantendo o enfoque histórico-literário das seções anteriores, a última seção do artigo discorre sobre os principais temas partilhados pelas cartas e pela literatura indígena no Brasil.

Atribuindo a perspectiva dos Estudos Literários às considerações de José Luis Ramíres Luengo, a análise de cartas indígenas pode oferecer, devido à natureza multifuncional desses escritos, informações etnográficas e culturais de interesse para a história da literatura indígena (Luengo, 2016, p. 92). Por muito tempo transmitidas somente por meio da oralidade e com audiência restrita às comunidades de origem, as narrativas indígenas encontraram na escrita a possibilidade de divulgar sua cultura e denunciar, por meio do texto impresso, especialmente, do texto literário, “[...] condições marcadas pelo preconceito, a opressão e a violência que ainda perduram contra os povos originários desde a Colonização” (Silva; Sarmiento-Pantoja, 2022).

Na perspectiva da História Social, cumpre referir que a documentação do tipo epistolar seria o *corpus* mais apropriado para examinar consequências de políticas governamentais voltadas aos povos indígenas em suas comunidades, territórios e na sociedade brasileira como um todo. Mesmo cartas privadas e familiares contribuem para a análise de fenômenos restritos a certos grupos, a exemplo das cartas redigidas na língua jarawara pela comunidade indígena, como demonstram os trabalhos de Elizabeth Vencio (1997) e João Wanderley Geraldí (2000).

Cartas podem expor aspirações individuais e coletivas, bem como relatar e denunciar fatos envolvendo violência entre grupos indígenas e não indígenas, disputas legais e interações com o Poder Público, temas nem sempre abordados explicitamente por fontes literárias.

2 Temas e questões recorrentes nas cartas indígenas

Preservar a cultura dos povos indígenas brasileiros implica conciliar interesses de cunho socioeconômico e governamental, sobretudo aqueles ligados a políticas ambientais que expõem o ecossistema relativo a comunidades de origem diversa a disputas por recursos naturais e por territórios, atividades extrativistas indevidas, mesmo legalizadas, e ações do crime organizado.

Acordos e tratados oficiais entre indígenas e não indígenas permanecem insatisfatórios, devido aos efeitos materiais e imateriais de processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (López-Flores, 2024, p. 6). Nesse sentido, afirmou Eric Hemenway, membro da nação ameríndia Anashinaabe/Odawa, populações indígenas que admitem ter raízes em uma terra desde tempos imemoriais não são facilmente realocáveis (Hemenway, 2017).

Migrações forçadas em situações de crise afetaram a conexão do povo Odawa com sua herança, história e cultura, identificadas à terra dos ancestrais, argumento utilizado já no início do século XIX em cartas de líderes Odawa ao Governo Federal Norte-Americano, expondo a necessidade de manter o povo Odawa nas próprias terras. Essencial na cultura Odawa, a ideia de “lar” está profundamente associada à terra dos ancestrais, a ritos de sepultamento e de culto aos mortos, à continuidade da família, e à relação entre espaço e sacralidade (Hemenway, 2019).

O paradigma de espaço, físico e simbólico, que a memória coletiva do grupo associa à origem do clã verifica-se na *Carta da comunidade Guarani-Kaiowá de Pyelito Kue/MBarakay - Iguatemi-MS para o Governo e Justiça do Brasil*, redigida em 2012 em razão do conflito entre fazendeiros locais e indígenas *Guarani-Kaiowá* que desejavam permanecer em seu território tradicional, Pyelito Kue/Mbarakay, às margens do rio Hovy, no Mato Grosso do Sul:

De fato, sabemos muito bem que no centro desse nosso território antigo estão enterrados vários os nossos avôs, avós, bisavôs e bisavós, ali estão os cemitérios de todos nossos antepassados. Cientes desse fato histórico, nós já vamos e queremos ser mortos e enterrados junto aos nossos antepassados aqui mesmo onde estamos hoje, por isso, pedimos ao Governo e Justiça Federal para não decretar a ordem de despejo/expulsão, mas solicitamos para decretar a nossa morte coletiva e para enterrar nós todos aqui. (Carta, 2012).

As questões sublinhadas por Hemenway (2017; 2019) são igualmente descritas na *Carta dos Munduruku ao governo explicita conhecimentos milenares e afirma demandas* (2013) e na *Carta da nação Munduruku ao povo e ao governo brasileiro* (2016), que reiteram a importância dos valores e saberes indígenas, denunciando a extinção de patrimônios materiais e imateriais:

A Cachoeira de Sete quedas (Paribixexe): É uma linda cachoeira contendo sete quedas em formato de escada. É o lugar onde os mortos estão vivendo, o céu dos mortos, ou seja, o mundo dos vivos, o reino dos mortos. É um local sagrado para os Munduruku, *Kayabi* e *Apiakás*, aonde também os peixes se procriam e diversas espécies e todos os tamanhos, onde existe a mãe dos peixes. Nas paredes constam as pinturas rupestres

deixados pelo *Muraycoko* (pai da escrita), a escrita deixada para os Munduruku através das escritas *surabudodot*, por muito tempo remoto. Ali também existem urnas funerárias enterradas no local, o enterro de nossos antigos guerreiros. Existe ali também um portal que não é visto por homem comum e é visto somente por líderes espirituais pajés, que podem viajar para outro mundo desconhecido sem serem percebidos. A cachoeira [...] fica no rio Teles Pires, o local onde se pretende construir a Usina Hidrelétrica, no estado de Mato Grosso. (Carta, 2013, p. 3).

Queremos que o governo brasileiro respeite a nossa cultura, nossa cosmovisão e nossos lugares sagrados, e que não repita o que fez com a Cachoeira de Sete Quedas, no rio Teles Pires, considerada por nós como o berço do mundo do povo Munduruku, que foi destruída com a construção da Usina Hidrelétrica de Teles Pires. (Carta, 2016).

Culturas indígenas têm perspectivas únicas de seus territórios e lugares sagrados, alguns considerados “intocáveis” (Carta, 2013), com história e mitografia concernentes aos primeiros ancestrais dos povos nativos, sendo, nesta acepção, lugares referenciais ou ainda, nos termos de Pierre Nora, “lugares onde a memória se cristaliza e se refugia” (Nora, 1993 [1984], p. 7).

“O sentimento de continuidade torna-se residual nos locais” (Nora, 1993 [1984], p. 7), assim, “[...] o local sagrado está intimamente vinculado às narrativas de origens e de ocupação dos povos indígenas” (Paes, 2022, p. 2); à reverência aos ancestrais e às tradições familiares; aos ciclos de vida e morte (“o mundo dos vivos, o reino dos mortos”) (Carta, 2013); e à proteção da ordem cósmica (Carta, 2013; Carta 2016). Os lugares inscritos na história de povos indígenas encerram uma geografia cultural e espiritual, expressiva de certa cosmologia (Nabokov, 2006).

Devido aos laços que os conectam aos espíritos ancestrais e aos espíritos protetores de lugares sagrados e da natureza, os povos indígenas refutam a supressão do passado, a exposição e a exploração desses lugares, postura cautelosa que reflete a fidelidade dos espíritos ao povo e aos seres que protegem. Os espíritos não são receptivos à presença de estranhos e de turistas, e abusos contra a natureza e o povo protegidos são passíveis de retaliação (Nabokov, 2006).

À sobrevivência de povos indígenas relacionam-se ainda características do território que determinam atividades tradicionais de subsistência: caça, pesca, criação de animais, práticas agrícolas e cultivo de plantas medicinais; bem como locais destinados a cemitérios, cerimônias, festejos, habitações, pátios, caminhos e sistemas de abastecimento de água (Nabokov, 2006).

Muitos programas de desenvolvimento fracassam por desconsiderarem especificidades regionais e experiências das populações locais, sobretudo os diferentes manejos do ecossistema por povos indígenas. Na Amazônia, o cultivo de espécies florestais de grande porte (os *ibês*), como a castanha-do-pará, constitui legado familiar para netos e bisnetos. O manejo eficiente do ecossistema deriva do conhecimento das espécies nativas locais e de técnicas produtivas adaptadas por gerações: “Ao plantar, os kayapós parecem imitar a natureza. Quando iniciam uma roça, introduzem grande número de espécies e variedades: na aldeia Gorotire, por exemplo, *Organon*, Porto Alegre, v. 40, n. 79, set 2024/mar. 2025.

DOI: 10.22456/2238-8915.144375

foram registradas, em média, 58 espécies por roça” (Alves, 2001, p. 6-8). Logo, processos de demarcações de áreas têm sido um desafio histórico para os povos indígenas, agravado por políticas de criação de reservas em territórios pertencentes à União, executadas de 1915 a 1928 pelo Serviço de Proteção ao Índio - SPI e, a partir de 1968, pela Funai, mas longe de ser eficaz:

A transferência de milhares de indígenas das áreas que ocupavam para as reservas resultou num rápido esgotamento dos recursos naturais das terras demarcadas pelo SPI. Ademais, para agravar a situação, embora as reservas tenham sido legalmente demarcadas e registradas, o próprio Estado reduziu algumas das áreas em favor de fazendeiros. Com isso, intensificaram-se os problemas: conflitos entre famílias, suicídios, assassinatos, desnutrição infantil, alcoolismo, mendicância, etc. (A luta, 2014, p. 11).

O empreendimento de infraestrutura do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, prevendo a construção de seis usinas ao longo do rio Teles Pires, afluente do rio Tapajós, entre o Mato Grosso e o Pará, denota a conduta do Estado para com os povos indígenas ao ignorar o diálogo, os protocolos indígenas nas interações com os *pariwat* (termo Munduruku que designa inimigos e invasores de território), a cosmologia indígena e os efeitos nocivos de projetos assim concebidos na saúde coletiva do grupo (Scopel *et al*, 2018). O ponto de vista dos povos indígenas sobre o assunto pode ser sintetizado pelas lideranças Munduruku:

O rastro do tempo mostra o que ocorreu com os parentes do rio Tocantins, que até hoje, mais de 30 anos depois de serem expulsos de seu território, ainda esperam as compensações que o governo prometeu quando foi construída a usina de Tucuruí. As consequências do barramento dos rios Xingu, Madeira, Teles Pires, e o que aconteceu com o rio Doce, são os maiores exemplos de que estes projetos não servem para nós. (Carta, 2016).

“Cartas, fotografias e vídeos começaram a ser publicados e produzidos, no intuito de registrar e requerer visibilidade para as demandas indígenas relativas ao planejamento para a construção de usinas hidrelétricas na Mundurucânia”, o país dos Munduruku (Scopel *et al*, 2018, p. 102), fenômeno similar à repercussão midiática da carta Guarani-Kaiowá ao Governo Federal, em 2012. Contudo, até o momento: “Expulsos de seu território entre 1928 e 1940 e confinados na Reserva Indígena de Sessoró, os Guarani Kaiowá lutam para recuperar o *tekoha* (lugar onde se é, em guarani) Pyelito Kue e Mbarakay há gerações” (Moncau, 2023). Temáticas associadas à questão territorial referidas nessas cartas foram absorvidas pela literatura indígena.

3 Carta e epístola

No campo dos Estudos Literários, para Marília Librandi-Rocha, a comoção e o debate que o apelo do grupo Guarani-Kaiowá gerou em diversos setores da sociedade aproximariam a *Carta da comunidade Guarani-Kaiowá de Pyelito Kue/MBarakay* dos “[...] muitos tratados descritivos, relatos de viagem e outros documentos histórico-sociais que integram o acervo da literatura produzida no Brasil, pois alcançaram uma dimensão que ultrapassou seu território de inscrição inicial”, que combina denúncia e reivindicação, “mudando de função como ‘Carta da Literatura Indígena produzida no Brasil’” (Librandi-Rocha, 2014, p. 167-168).

Antes de se tornar objeto de estudo, toda carta tem por princípio um ato de comunicação dirigido a certa pessoa ou grupo. Lida por outro que não o destinatário, fora do contexto original, afasta-se de seu propósito e caráter pessoal. Se a carta pertence à esfera íntima, a epístola é um gênero “artificial”, pois deixa o propósito comunicativo ao se tornar objeto de análise (Oliveira, 2006, p. 61 *apud* Silva *et al*, 2023, p. 4), por exemplo, histórica ou literária:

Dessa forma, diferencia-se carta de epístola com base no contexto: quando o texto é estudado fora do propósito social e comunicativo original, denomina-se epístola, e, quando lido a partir das condições do destinatário, nomeia-se carta. Nessa ótica, é possível afirmar que toda epístola foi um dia uma carta, mas nem toda carta se tornará uma epístola (Silva *et al*, 2023, p. 4).

No campo dos Estudos Indígenas, especificamente, dos primeiros escritos impressos de indígenas norte-americanos, Phillip Round (2010; 2016) analisa exemplos históricos matriciais de transposição da carta para o plano epistolar efetuada por autores indígenas.

Durante o século XIX, indígenas norte-americanos fizeram da correspondência epistolar um meio para conter a crescente divisão geográfica e social entre seus povos, famílias, membros de clã e práticas espirituais. Após 1830, a divulgação de cartas de povos indígenas norte-americanos como textos impressos cresceu. As versões impressas dessas cartas, denominadas “memoriais” (*memorials*) nos jornais, desenvolveram-se como gênero legalmente reconhecido pela lei estatutária do país, definido como “uma declaração de fatos na forma de petição ao governo”¹, frequentemente reimpressa pelo registro oficial dos procedimentos e debates do Congresso dos Estados Unidos (*Congressional Record*) (Round, 2010, p. 140, tradução minha).

Para Round, cartas e epístolas seriam o veículo impresso mais importante da soberania indígena no domínio da opinião pública euro-americana à época, mas embora legalmente reconhecidas, muitas dessas cartas posicionavam-se como correspondência pessoal ao detalhar as queixas ou relatar a biografia do indivíduo (Round, 2016).

¹ No original: “a statement of facts in the form of a petition to the government”.

A primeira publicação amplamente divulgada de *Memorial of John Ross and Others*, em 1846, demonstra como a epístola indígena evoluiu para o *memorial*, sobretudo ao expor o contexto de sua produção. Em carta a um amigo, publicada em 1836, John Ross, principal líder da nação Cherokee entre 1828 e 1866, relata como a delegação indígena tentou, sem êxito, contatar o presidente Andrew Jackson e o secretário de Assuntos Indígenas. Frustradas as tentativas de confrontação verbal, Ross decide recorrer ao senado por meio de um *memorial*. Incluído na carta de 1836, como uma carta em outra carta, o *memorial* torna-se recurso metatextual da função do gênero como prática material (Round, 2016, p. 234).

O documento inicia com a carta do líder Cherokee, datada de 2 de julho de 1836. Ross questiona a legitimidade do Tratado de Nova Echota (1835), arguindo que este não foi apoiado pela maioria da nação Cherokee; cita razões contra a remoção do povo Cherokee para terras a oeste do rio Mississipi e se defende de várias acusações, sobretudo aquelas feitas por John F. Schermerhorn, comissário dos Estados Unidos. A carta de Ross é seguida de um memorial de protesto, datado de 21 de julho de 1836, submetido ao Congresso pela delegação Cherokee liderada por Ross. O memorial descreve a história dos acordos entre o país e os Cherokee, em objeção às atividades do estado da Geórgia contra o povo dessa nação; e reúne evidências de opressão e maus tratos para provar que o estado da Geórgia ultrapassou sua autoridade legítima; a delegação Cherokee protesta igualmente contra o Tratado de Nova Echota (Letter, 2002).

Como inscrição comunicativa que representa um locutor ausente, o formato da carta se ajusta à situação de Ross e da delegação Cherokee, naquele momento, literalmente ausentes da conversação pretendida. Não sendo “vistos” pelo presidente e pelo secretário, eles aparecem na forma epistolar que, uma vez publicada, torna-se coletiva, convertendo o público americano e seus legisladores em leitores/ouvintes implícitos. O *Memorial of John Ross*, inscrito em *Letter from John Ross*, destaca-se entre as cartas do período imediato à política de remoção indígena que realocou os povos Cherokee, Chicasaw, Choctaw, Muscogee e Seminole da região leste para a região oeste do rio Mississipi, não só pelo modo de apresentar o caso da nação Cherokee, mas igualmente pelo modo como explora as convenções epistolares ao questionar a validade discursiva dos métodos de negociação do governo (Round, 2016, p. 234-235).

Datada de 11 de junho de 2024, a carta dirigida pelo povo Munduruku ao Poder Público reivindica o cumprimento da decisão de retirada de garimpos ilegais fixados em áreas indígenas no Pará. Com a reivindicação coletiva, divulgada na esfera pública, e a denúncia dos prejuízos causados ao ecossistema e à comunidade Munduruku, a carta adquire características epistolares:

Nós, das organizações da resistência do povo Munduruku, lideranças, mulheres, caciques e professores, estivemos reunidos na aldeia Praia do Índio para discutir nossa política e nossa resistência. É impossível discutir qualquer outra demanda sem lutar pelo nosso território que continua sendo invadido. Hoje em dia, nós Munduruku, devemos realmente defender o território. Não devemos apoiar e trazer projetos de destruição. Não devemos trazer pessoas estranhas para o território. A Constituição Federal de 1988, garante para nós, indígenas, o usufruto do território. Não podemos admitir que invasões e destruições continuem acontecendo (Queremos, 2024).

A carta denuncia danos causados pelo garimpo ilegal ao meio ambiente (desmatamento de áreas florestais, a contaminação de mananciais e a destruição de ecossistemas); prejuízos à organização social e à saúde da população indígena local; desrespeito à autoridade de caciques e lideranças da região; o surgimento de conflitos internos na comunidade; o avanço dos projetos de créditos de carbono²; os processos judiciais pendentes relativos à demarcação das terras indígenas no médio Tapajós, Sawre Ba'pim e Sawre Muybu e questiona o não cumprimento da decisão do Supremo Tribunal Federal quanto à retirada de garimpos ilegais das terras indígenas:

Estamos cansados de esperar mais um ano para cumprir suas promessas e a decisão do STF de retirada de invasores das nossas terras. Nós não esquecemos do que os políticos *pariwat* falam. A defesa do nosso território na ADPF 709³ nunca aconteceu! (...) Queremos que fique claro: Exigimos a desintração de nosso território URGENTEMENTE, o fim dos contratos de carbono, o fim do garimpo ilegal em nossos territórios e não haja mais a destruição da floresta no território Munduruku e na Flona [Floresta Nacional] Crepori, que também pertence ao povo Munduruku. O nosso rio, a nossa floresta e as nossas futuras gerações estão em risco. (Queremos, 2024).

Assim como a carta Guarani-Kaiowá, as cartas dos líderes Munduruku encerram temas comuns às epístolas de líderes indígenas norte-americanos, a saber: defesa de territórios, de valores e de tradições ancestrais; denúncias sobre a atitude de descaso das autoridades para com os povos indígenas e sobre o não cumprimento de reivindicações e de acordos governamentais.

As cartas indígenas revelam questões históricas remontantes ao período colonial; dados etnográficos; e influências culturais, como o conhecimento do idioma, da escrita, das formas e gêneros literários, mídia impressa e virtual, discurso político e legislação não-indígena. A partir

² Um crédito de carbono representa uma tonelada de carbono não emitida para a atmosfera, levando à diminuição do efeito estufa. Uma tonelada de dióxido de carbono equivale a um crédito de carbono. “O crédito de carbono é a moeda utilizada no mercado de carbono. Nesse mercado, empresas que possuem um nível de emissão muito alto e poucas opções para a redução podem comprar créditos de carbono para compensar suas emissões” (Sebrae, 2023).

³ A desintração, retirada de invasores de terras indígenas e o aperfeiçoamento do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS) estão entre as propostas da Arguição de Descumprimento do Preceito Fundamental (ADPF) 709, que tem por objeto ações e omissões por parte do Poder Público que colocam em risco a saúde e a subsistência da população indígena no país (Presidente, 2023).

desses conhecimentos, buscam acentuar o ponto de vista dos povos indígenas, de modo geral, ignorado em várias instâncias pela sociedade não indígena. Cartas e epístolas dialogam com temas da produção literária dos povos indígenas, essenciais ao estudo de sua história literária, nos planos da oralidade e da escrita, necessários, sobretudo, para se ponderar os desafios que o presente e o futuro apresentam à sobrevivência das comunidades territorialmente ameaçadas.

4 Temas comuns às cartas e à literatura indígena

É válido afirmar que a produção literária dos escritores indígenas brasileiros se apoia em um projeto dialógico-educativo para informar a sociedade a partir da perspectiva dos povos indígenas, contemplando diferentes domínios, porém com o cuidado de proteger os valores mais caros desses povos. A literatura dedicada ao público infanto-juvenil, em que se destaca Daniel Munduruku, é um projeto voltado às gerações futuras, do mesmo modo que o cultivo de árvores de grande porte (*ibês*) entre os Munduruku do Pará é um legado familiar para netos e bisnetos:

A temática indígena é bem complexa. Ela não é simples, não é fácil. Para ser devidamente debatida, é preciso dar muitos esclarecimentos: é preciso apresentar os povos indígenas para as pessoas, além de lembrar as crianças e os jovens que há diferentes momentos de contato dos indígenas com a sociedade brasileira. O perigo é achar que os Yanomami, por estarem em um estado de contato muito mais recente do que o povo Munduruku (que tem mais de 300 anos), ou o povo Tupinambá (que tem 500 anos), são o único povo indígena do Brasil. É preciso esclarecer, informar, mostrar que há uma diversidade cultural linguística, uma diversidade de relações sociais e étnicas. É fundamental levar a temática indígena à escola para a gente quebrar a lógica que a narrativa hegemônica tem apresentado, que quase sempre coloca os povos indígenas no contexto de inferioridade. Só quem pode fazer essa desconstrução é justamente a escola. (Munduruku, 2023).

Os escritos do autor coadunam-se, igualmente de modo didático, às cartas que defendem os direitos e a cultura de seu povo: “Nota-se que as narrativas de Munduruku espelham os princípios da Carta das Lideranças Munduruku (2013)” (Gabriel, 2020, p. 148). Este projeto literário de retratar os povos indígenas a partir de sua própria ótica é sugerido por esta analogia:

O pensamento sobre o nosso jeito indígena de ser, a nossa compreensão do mundo, ainda que estejamos dentro de um sistema econômico bastante maluco, cruel, inclusive, se sustenta pelo nosso desejo de pertencimento. Nossas lutas ganham significado e sentido a partir da ideia de pertencimento. Gosto de pensar na ideia da pedagogia do pertencimento, que é a pedagogia brasileira – o que Darcy Ribeiro chamou de “socialismo moreno”. Um dia ele usou essa expressão para lembrar que precisamos criar um pensamento original, originário, brasileiro, uma pedagogia que nasça da experiência ancestral de educar suas crianças, jovens, de respeitar os adultos e os velhos, que são, em última análise, os guardiões da memória e da ancestralidade. (Munduruku, 2022).

Ancestralidade, memória e continuidade de tradições são temas presentes nas cartas e na literatura indígena que se conectam à noção de pertencimento referida por Munduruku e por Milena Veríssimo Barbosa, indígena potiguará e pesquisadora da cultura desse povo. Segundo Barbosa, as narrativas geradas por experiências individuais e coletivas constroem memórias que alicerçam as culturas. Na comunidade indígena de Jacaré de César, os “troncos velhos”, como são chamados os anciãos potiguaras, são fundamentais para a preservação da memória coletiva das experiências narráveis e das histórias enraizadas na cultura, e para que as histórias sobrenaturais e de encantamento consigam sobreviver no curso do tempo (Barbosa, 2021). Mas o registro escrito dessa memória ancestral ainda é recente para muitas comunidades indígenas.

Em 2018, com base na Lei Federal N° 11645, de 10 de março de 2008, que regulamenta o ensino da história e cultura de povos de origem indígena e afrodescendente, foi realizado um projeto conjunto entre a Universidade Federal da Paraíba e a Escola Estadual Indígena Isaura Soares de Lima, localizada na Aldeia Jacaré de César. O projeto “Contando e (re)escrevendo mitos e lendas Potiguará com alunos da Eja no litoral norte da Paraíba” tinha por objetivo desenvolver a leitura e a escrita de alunos indígenas a partir das tradições orais e da história do povo Potiguará, sobretudo das comunidades locais (Barbosa; Santos, 2018).

Projetos de valorização de línguas indígenas, de sistematização da escrita alfabética da língua de comunidades ágrafas; e do uso da língua materna em situações de ensino-aprendizagem beneficiam-se com a publicação de obras indígenas didáticas e literárias em edição bilingue (Bechetti, 2021). Contudo, autores indígenas seguem confrontando estereótipos e a ausência de representação de culturas e línguas indígenas em materiais didáticos (Tavares; Orlando, 2023); e buscam expor a ótica de sua cultura em áreas que a representam sob prisma não indígena, tal como fez Daniel Munduruku em *Crônicas de São Paulo: um olhar indígena* (2019), ao discorrer sobre a etimologia e o sentido de topônimos indígenas da cidade de São Paulo (Trindade, 2024), ou sobre a relação de uma comunidade com a natureza e o sentido de “pertencimento e conexão com esse ambiente”, em *Catando Piolhos, contando histórias* (2006) (Sena *et al*, 2024). Nesse contexto, cartas e epístolas representam pequena fração dos textos indígenas divulgados no Brasil, restritas à esfera das solicitações ao poder público, sem arquivo próprio ou coletânea (como *Testimonios, cartas y manifiestos indígenas* (1992), de Martin Lienhard) que as reúna.

O conflito cultural que a situação do território engendra pode ser considerado o tema mais complexo, a questão mais premente nas cartas analisadas nesse estudo. Ao território estão

vinculados temas essenciais à compreensão da história dos povos indígenas sob uma luz nova: “Para resolver os problemas presentes dos povos indígenas – problemas que se desdobram a partir do passado –, teriam que demarcar todos os territórios e dar aos indígenas autonomia para decidir o que fazer com as terras homologadas”, explanou Daniel Munduruku, acrescentado que: “Caberia aos indígenas resolver o melhor caminho a seguir” (Munduruku, 2024).

REFERÊNCIAS

A LUTA da comunidade indígena Guarani-Kaiowá. Brasília: Edições Câmara, 2014. Disponível em: [file:///C:/Users/Usuario/Downloads/luta_comunidade_sarneyfilho%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/luta_comunidade_sarneyfilho%20(1).pdf). Acesso em: 07 nov. 2024.

ALVES, Raimundo Nonato Brabo. *Características da agricultura indígena e sua influência na produção familiar da Amazônia*. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2001.

BARBOSA, Milena Veríssimo; SANTOS, Luciane Alves. Contando e (re)escrevendo mitos e lendas potiguara com alunos da EJA no litoral norte da Paraíba. *Kiri-Kerê - Pesquisa em Ensino*, v. 2, n. 5, p. 248-260, São Mateus, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/kirikere/article/view/21281/14546>. Acesso em: 17 nov. 2024.

BARBOSA, Milena Veríssimo. *Tradição, memória e identidade: as narrativas indígenas potiguara (re)contadas nas aldeias Jacaré de César e Três Rios*. 2021. Dissertação (Mestrado em Letras) Programa de Pós-Graduação em Letras, Faculdade de Letras, UFPB, João Pessoa, 2021.

BECHETTI, Martina. *O Karaíba: uma história do pré-Brasil, de Daniel Munduruku*. A voz da resistência indígena brasileira em tradução. 2021. Dissertação (Mestrado em Letras) Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Ciências Humanas e Naturais, UFES, Vitória, 2021.

CARTA da comunidade Guarani-Kaiowá de Pyelito Kue/MBarakay-Iguatemi-MS para o Governo e Justiça do Brasil. 2012. *Conselho Indigenista Missionário - CIMI*. Rio Branco, 23 out. 2012. Disponível em: <https://cimi.org.br/2012/10/34154/>. Acesso em: 07 nov. 2024.

CARTA da nação Munduruku ao povo e ao governo brasileiro. *Combate Racismo Ambiental*, [s. l.], 14 abr. 2016. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2016/04/14/carta-da-nacao-munduruku-ao-povo-e-ao-governo-brasileiro/>. Acesso em: 07 nov. 2024.

CARTA dos Munduruku ao Governo explicita conhecimentos milenares e reafirma demanda. *Povos Indígenas no Brasil* - Instituto Socioambiental. São Paulo, 2013, p. 1-5. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_verbetes/munduruku/carta_lugares_munduruku.pdf. Acesso em: 07 nov. 2024.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Literatura oral no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.

CASPI, Michael M.; FOLEY, John Miles. Foreword. In: CASPI, Michael M. (Ed.). *Oral Tradition and Hispanic Literature: Essays in Honor of Samuel Gordon Armistead*. New York: Garland Publishing, 1995, p. xiii-xvi.

GABRIEL, Maria Alice Ribeiro. Os contadores de história na obra de Daniel Munduruku. *Contexto*, Vitória, n. 37, p. 137-158, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/contexto/article/view/30160/135>. Acesso em: 07 out. 2024.

GERALDI, João Wanderley. Culturas orais em sociedades letradas. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 21, n. 73, p. 100-108, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/dkPxRsCdTPQv4HZqQg9hKnk/?lang=pt>. Acesso em: 07 out. 2024.

HEMENWAY, Eric. Eric Hemenway shares history, culture and repatriation of the Anishinaabek Odawa tribe. *The Michigan Daily*, Ann Arbor, 17 Oct. 2019. [Entrevista concedida a Kristina Zheng]. Disponível em: <https://www.michigandaily.com/news/campus-life/eric-hemenway-shares-history-culture-and-repatriation-anishinaabek-odawa-tribe/>. Acesso em: 07 nov. 2024.

HEMENWAY, Eric. Native Nations defend ancestral territory. *National Park Service*, [s. l.], 2017. Disponível em: <https://www.nps.gov/articles/homeland-security.htm>. Acesso em: 07 nov. 2024.

KRUPAT, Arnold. Critical Approaches to Native American Literature. In: WIGET, Andrew (Ed.). *Handbook of Native American Literature*. New York: Garland Publishing, 1996, p. 329-338.

LETTER from John Ross, principal Chief of the Cherokee Nation of Indians: in answer to inquiries from a friend regarding the Cherokee affairs with the United States, followed by a copy of the protest of the Cherokee delegation, laid before the Senate and House of Representatives at the city of Washington, on the twenty-first day of June, eighteen hundred and thirty-six. *Digital Library of Georgia*. Athens, 2002. Disponível em: https://dlg.usg.edu/record/dlg_zlna_pam017?canvas=0&x=400&y=400&w=8640. Acesso em 07 out. 2004.

LIBRANDI-ROCHA, Marília. A Carta Guarani Kaiowá e o direito a uma literatura com terra e das gentes. *Estudos de literatura brasileira contemporânea*, Brasília, n. 44, p. 165-191, 2014. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/9989>. Acesso em: 07 out. 2024.

LIENHARD, Martin. *Testimonios, cartas y manifiestos indígenas*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1992.

LÓPEZ-FLORES, Pabel Camilo. Territorial Re-Existences of Indigenous Movements in the Andean-Amazon Region. *Anduli*, Sevilla, n. 25, p. 1-20, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/raeel/a/fvVDz8fJHHZ8Sjtwsr9Nqpw/?lang=pt>. Acesso em: 07 nov. 2024.

LUENGO, José Luis Ramírez. Documentación de archivo e historia de la lengua: una reflexión desde el caso colombiano. *Linguística y Literatura*, Colombia, v. 36, n. 70, p. 87-*Organon*, Porto Alegre, v. 40, n. 79, set 2024/mar. 2025.

DOI: 10.22456/2238-8915.144375

117, 2016. Disponível em: <https://revistas.udea.edu.co/index.php/lyl/article/view/325173>. Acesso em: 07 out. 2024.

MONCAU, Gabriela. Jagunços atacam ocupação Guarani Kaiowá no MS e espancam indígenas, antropóloga, engenheiro e jornalista canadense. *Brasil de Fato*, São Paulo, 24 nov. 2023. Caderno Geral. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/11/24/jaguncos-atacam-ocupacao-guarani-kaiowa-no-ms-e-espancam-indigenas-antropologa-engenheiro-e-jornalista-canadense>. Acesso em: 07 nov. 2024.

MUNDURUKU, Daniel. Daniel Munduruku: “o escritor deve se perguntar ‘Qual é o indígena que mora dentro de mim?’”. [Entrevista concedida a Ana Luísa D’Machio]. *Porvir*, São Paulo, fev. 2023. Disponível em: <https://porvir.org/daniel-munduruku-o-professor-deve-se-perguntar-qual-e-o-indigena-que-mora-dentro-de-mim/>. Acesso em: 07 nov. 2024.

MUNDURUKU, Daniel. *Histórias que eu ouvi e gosto de contar*. São Paulo: Callis Editora, 2004.

MUNDURUKU, Daniel. *Histórias que eu vivi e gosto de contar*. São Paulo: Callis Editora, 2006.

MUNDURUKU, Daniel. “Lutamos para que o Brasil nos perceba como nunca nos percebeu: como parte da sua memória, da sua história, da sua identidade”. *Instituto Humanitas Unisinos - IHU*, Leopoldo, mai. 2022. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/618239-lutamos-para-que-o-brasil-nos-perceba-como-nunca-nos-percebeu-como-parte-da-sua-memoria-da-sua-historia-da-sua-identidade-entrevista-especial-com-daniel-munduruku>. Acesso em: 07 nov. 2024.

MUNDURUKU, Daniel. *Memórias de índio - uma quase autobiografia*. Porto Alegre: Edelbra, 2016.

MUNDURUKU, Daniel. *Meu vô Apolinário*. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

MUNDURUKU, Daniel. Modo não indígena de pensar o futuro é alienante, diz Daniel Munduruku: “É uma visão que educa as pessoas para o egoísmo”, avalia o escritor. [Entrevista concedida a Alex Rodrigues]. *Agência Brasil*, São Paulo, abr. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-04/modo-nao-indigena-de-pensar-futuro-e-alienante-diz-daniel-munduruku>. Acesso em: 07 nov. 2024.

MUNDURUKU, Daniel. *O sinal do pajé*. São Paulo: Editora Peirópolis, 2003.

MUNDURUKU, Daniel. O sinal do pajé. *YouTube*, 18 ago. 2021. 35min37s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fBKOh0Xl2CQ>. Acesso em: 07 out. 2024.

NABOKOV, Peter. *Where the Lightning Strikes: The Lives of American Indian Sacred Places*. New York: Viking, 2006.

NORA, Pierre. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 07 nov. 2024.

PAES, Pedro Henrique da Silva. A monumentalização do sagrado: o registro de patrimônio imaterial como processo de territorialização dos povos indígenas no Alto do Rio Negro (São Gabriel da Cachoeira / AM). *Espacialidades*, Lagoa Nova, v. 18, n. 2, p. 1-22, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/espacialidades/about/contact>. Acesso em: 07 nov. 2024.

PIDAL, Ramón Menéndez. *Castilla: la tradición, el idioma*. Buenos Aires: Espasa-Calpe, 1945.

PRESIDENTE do STF determina que União apresente novo plano contra invasão de sete terras indígenas. *STF - Supremo Tribunal Federal*. Brasília, 16 out. 2023. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=518765&ori=1#:~:text=A%20determina%C3%A7%C3%B5es%20foram%20tomadas%20na,da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20ind%C3%ADgena%20no%20pa%C3%ADs>. Acesso em: 07 de out. 2024.

QUEREMOS a desintração do nosso território logo e de nosso modo. *Comissão Pastoral da Terra*. 11 jun. 20024. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/publicacoes-2/noticias-2/6813-carta-munduruku-desintraao>. Acesso em: 07 out. 2024.

REIS, Elaine Priscila Gonçalves. *O contador de histórias no livro infantil Histórias que eu ouvi e gosto de contar, de Daniel Munduruku: reflexões a partir da teoria da narração de Walter Benjamin*. 2023. 119 f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar) - Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, São Luís, 2023.

ROUND, Phillip H. Indigenous Epistolarity in the Nineteenth Century. In: BERNIER, Celeste-Marie; NEWMAN, Judie; PETHERS, Matthew (Orgs.). *Edinburgh Companion to Nineteenth-Century American Letters and Letter-Writing*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2016. p. 230-244.

ROUND, Phillip H. *Removable Type: Histories of the Book in Indian Country, 1663-1880*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2010.

SCOPEL, Daniel; DIAS-SCOPEL, Raquel; LANGDON, Esther Jean. A cosmografia Munduruku em movimento: saúde, território e estratégias de sobrevivência na Amazônia brasileira. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 13, n. 1, p. 89-108, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/crFDHB8zJpStKK7dmPR8wqL#>. Acesso em: 07 nov. 2024.

SEBRAE. O que é crédito de carbono? *Portal Sebrae*, [s. l.], 17 abr. 2023. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/o-que-e-credito-de-carbono,0371bc6d15757810VgnVCM1000001b00320aRCRD#:~:text=redu%C3%A7%C3%A3o%20de%20materiais%20descart%C3%A1veis%20e,mobilidade%20urbana%20sustent%C3%A1vel%2C%20entre%20outras>. Acesso em: 07 out. 2024.

SENA, Andressa Aline de Queiroz *et al*. Identidade amazônica na literatura *Catando Piolhos* - contando histórias: relação com a disciplina de Língua Portuguesa. *Revista Cocar*, Belém, v. 21, n. 39, 2024. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/9303>. Acesso em: 25 jan. 2025.

SILVA, Abner Eslava da *et al.* Análise do gênero epístola bíblica à luz dos estudos linguísticos contemporâneos. *Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso*, São Paulo, v. 19, n. 01, p. e63539p, 2023. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/bakhtiniana/article/view/63539>. Acesso em: 07 out. 2024.

SILVA, Allan Júnior Miranda da; SARMENTO-PANTOJA, Tânia. Matéria fabular na literatura indígena: A Onça e o Fogo e As Serpentes que Roubaram a Noite. *Humanidades & Inovação*, Palmas, v. 9, n. 1, p. 22-32, 2022. Disponível em:

<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/4969>. Acesso em: 07 out. 2024.

TAVARES, Vander; ORLANDO, Isabela Ramalho. Developing critical awareness of Indigenous languages and cultures of Brazil in EFL education. *In: TAVARES, Vander (ed.). Social justice, Decoloniality, and Southern Epistemologies within Language Education*. New York: Routledge, 2023, p. 35-52.

TRINDADE, Gislene. Crônicas do (re) descobrimento: a ressignificação do urbano com base em lacunas epistêmicas em *Crônicas de São Paulo*, de Daniel Munduruku. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, n. 71, p. 1-15, 2024. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/54283>. Acesso em 25 jan. 2025.

VENCIO, Elizabeth. Cartas entre os Jarawara: um estudo da apropriação da escrita. *Síntesis – Revista dos Cursos de Pós-Graduação*, Campinas, v. 2, p. 409-415, 1997. Disponível em:

<https://revistas.iel.unicamp.br/index.php/sinteses/article/view/6076>. Acesso em: 07 out. 2024.

Texto submetido em: 01 dez. 2024

Aceito para publicação em: 20 jan. 2025

DOI: <https://dx.doi.org/10.22456/2238-8915.144375>